



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

A TRAJETÓRIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA BAHIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL

Maria de Fátima Pessoa Lepikson*
Tâmara Leite Galvino de Almeida†

Resumo: As mudanças ocorridas no sistema educacional em resposta às exigências da reforma neoliberal do Estado brasileiro, desde a década de 1990, vêm trazendo significativos impactos para a formação e o trabalho profissional do Serviço Social. Nessa perspectiva, o presente estudo tem o intuito de refletir sobre as implicações das transformações societárias na formação e no trabalho profissional das (os) assistentes sociais a partir da análise da trajetória do Curso de Serviço Social no Estado da Bahia. Como resultado, observou-se que, por mais de cinco décadas, a Universidade Católica do Salvador (UCSAL) foi responsável pela formação das (os) assistentes sociais na Bahia. Além disso, constatou-se que, no período de 1944 a 2007, as instituições de ensino superior (IES) que ofertavam o Curso de Serviço Social na Bahia eram de natureza privada, com expressivo crescimento a partir do ano de 2006, quando a modalidade de ensino de Educação a Distância (EAD) passou a operar no País.

Sendo assim, diante dos reflexos da mercantilização e da precarização do ensino e de seus rebatimentos no trabalho profissional do Serviço Social, identificou-se a necessidade de pesquisas que possibilitem o conhecimento do processo de formação e do trabalho profissional das (os) assistentes sociais no Estado da Bahia a fim de identificar os limites e possibilidades no atual momento de crise e desmonte de direitos. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo que tem como instrumento de análise livros, publicações e artigos sobre o tema.

Palavras-chave: Curso de Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional.

Abstract: The changes that have occurred in the educational system in response to the demands of the neoliberal reform of the Brazilian State, since the 1990s, have brought significant impacts to the formation and professional work of Social Work. In this perspective, the present study aims to reflect on the implications of societal transformations in the formation and professional work of social workers, based on the analysis of the course of the Social Work Course in the State of Bahia. As a result, it was observed that, for more than five decades, the Catholic University of Salvador (UCSAL) was responsible for the training of social workers in Bahia. In addition, it was found that in the period from 1944 to 2007, the higher education institutions (HEIs) that offered the Social Service Course in Bahia were of a private nature, with significant growth starting in 2006, when the modality of distance education (EAD) began operating in the country. Thus, in view of the effects of commercialization and the precariousness of teaching and its refutation in the professional work of Social Work, it was identified the need for research that allows the knowledge of the training process and the professional work of the social workers in the State of Bahia in order to identify the limits and possibilities in the current moment of crisis and dismantling of rights. It is a qualitative study that has as an instrument of analysis books, publications and articles on the subject.

Key words: Courses of Social Service, Training and Professional Work.

* Professor com formação em Serviço Social, Universidade Católica do Salvador, E-mail: tamaragalvino@gmail.com.

† Estudante de Pós-Graduação, Universidade Católica do Salvador, E-mail: tamaragalvino@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

As transformações societárias da ordem neoliberal vêm suscitando novas exigências ao processo de formação profissional do Serviço Social, a organização do seu trabalho e de sua categoria profissional.

Atualmente o Brasil vive uma das suas maiores crises política e econômica. Em um cenário de investigação por corrupção que interfere diretamente na economia brasileira, o governo vem construindo uma argumentação ideológica de que o principal deflagrador da atual crise do país é o crescimento dos gastos públicos. Com isso, criou uma política de ajuste fiscal que atinge as diversas áreas dos direitos sociais historicamente e arduamente conquistados pelos cidadãos brasileiros.

Essa realidade não se traduz apenas em um “pano de fundo” para o Serviço Social. Ela significa importantes mudanças nas condições e relações sociais em que se inscrevem as assistentes sociais, não apenas nas relações e condições de trabalho, mas também por se tratar de uma profissão que atua principalmente na área das políticas sociais, principal alvo do congelamento dos gastos públicos nos próximos anos, conforme prevê a PEC 241 ou PEC 55.

Nesse sentido, para pensar o processo formativo e o trabalho do Serviço Social no atual contexto de crise e desmonte de direitos, faz-se necessária uma cuidadosa avaliação crítica da sua trajetória e da atual conjuntura brasileira de modo a levar em consideração as lutas de classes e os processos que fundam e reproduzem o capitalismo, o significado social da profissão no processo de produção e reprodução das relações sociais e a direção política que as (os) assistentes sociais imprimem ao seu projeto profissional e societário.

2. MUDANÇAS SOCIETÁRIAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO E NO TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A década de 1990 foi marcada por significativas mudanças no sistema educacional brasileiro que, assim como o Serviço Social, é pensado a partir das relações políticas, econômicas e ideo-culturais estabelecidas na formação sócio-histórica da sociedade brasileira.

Nesta época, o processo de expansão de acesso à educação, iniciado no período de desenvolvimento econômico do País para atender às necessidades produtivas por meio da qualificação da força de trabalho, sofre significativas mudanças por meio do

crescimento do setor privado e da privatização das instituições de ensino superior (IES) públicas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), 1995-2002.

Além das profundas alterações realizadas no interior das universidades públicas por meio da oferta de cursos pagos, principalmente nos programas de pós-graduação *lato sensu*; de parcerias entre as universidades públicas e as empresas privadas para fins de consultoria e assessoria e da criação de mestrados profissionalizantes em parceria com instituições públicas e privadas, o governo FHC ampliou o número de instituições de ensino superior no Brasil através do financiamento público do BNDES.

A educação superior passou a ser vista como uma atividade pública não-estatal, podendo ser realizada entre IES públicas e privadas por meio de financiamentos e contratos de gestão. Segundo dados publicados por Lima & Pereira (2009, p. 34-35), em 2002, no final desse governo, o ingresso nas IES públicas somava 320.354, enquanto que na privada era de 1.090.854.

Esse processo de reformulação do sistema educacional brasileiro para atender às exigências neoliberais permanece se intensificando nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) com diversas ações que fortalecem o empresariamento no ensino superior, dentre as quais é válido destacar: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) e a institucionalização da modalidade de ensino Educação à Distância (EAD).

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) visa a garantir a isenção fiscal de IES privadas em troca de vagas por meio das parcerias público-privadas na educação superior.

O Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) consiste em um programa de governo que teve o intuito de dobrar o número de vagas e matrículas na graduação, no período de 2008 a 2012, a partir da redefinição do perfil das unidades de ensino público federal. Dessa maneira, esse Programa estabelece metas às Universidades Federais que evidenciam o aligeiramento da formação profissional, a precarização do trabalho docente e o fim da autonomia universitária ao condicionar a alocação de verbas públicas à adesão ao Programa. Dentre as metas propostas, é válido destacar a aprovação de 90% dos estudantes, o que coloca em discussões a aferição do conhecimento por parte dos alunos e, conseqüentemente, da qualidade desse ensino.

A institucionalização da modalidade de ensino Educação à Distância (EAD) começou a operar no País em 2006 com a ideia de que a inovação tecnológica asseguraria a inserção social; contudo, além de contribuir com o crescimento exacerbado do número de vagas no ensino superior, essa modalidade demonstrou um total descompromisso das

instituições de ensino e do Ministério da Educação (MEC) com a qualidade do ensino enquanto direito social.

Esses processos de mercantilização e precarização na educação superior trouxeram significativos impactos na formação e no trabalho profissional do Serviço Social. A partir da década de 1990, a profissão acompanhou a expansão do acesso ao ensino superior por meio da ampliação dos cursos de graduação em Serviço Social ofertados, majoritariamente, por IES privadas e não-universitárias.

De acordo com Lima & Pereira (2009, p. 41), esse processo de ampliação dos Cursos na área de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas está relacionado aos baixos custos e à alta lucratividade que esse campo do conhecimento proporciona, além da necessidade de manutenção de um consenso social amparado nos interesses do capital. Sendo assim, para além da lucratividade e expansão do capital, busca-se com a ampliação do curso de Serviço Social a formação de intelectuais que disseminem a ideia de uma sociabilidade pautada na colaboração e no conformismo.

Em contraponto a essa realidade e diante das profundas mudanças societárias, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABESS) realizou a revisão do currículo mínimo em Serviço Social de 1982 e, a partir de um processo coletivo e participativo com as unidades de ensino filiadas, aprovou em 1996 as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, que passou por nova revisão em 1999. Nesta mesma década, em 1993, também foram revisados o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão.

Entretanto, conforme afirma Iamamoto (2014, p. 616), esse processo foi marcado por um processo de contrarreforma do ensino superior que, para além de substituir os currículos mínimos por diretrizes curriculares, flexibilizando-os, exige a definição de um perfil do bacharel em Serviço Social com suas competências e habilidades técnico-operativas, bem como a troca das ementas das disciplinas por tópicos de estudos.

Entre o texto revisado das diretrizes curriculares de 1999 e o conteúdo aprovado pelo MEC em 2001, houve significativas alterações. Embora embasado na Lei de Regulamentação da Profissão e nos preceitos do Código de Ética do Assistente Social aprovados em 1993, o conteúdo revisado pela ABPESS foi alterado em itens relacionados às competências e habilidades das (os) assistentes sociais e à direção social da formação profissional.

Em relação ao perfil profissional, o “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social” foi substituído por “utilização dos recursos da informática”. No item competências e habilidades, a “apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade” foi trocada por “análise do movimento histórico da

sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país”. Os tópicos de estudos foram todos eliminados, permitindo assim a flexibilização dos conteúdos curriculares, desde que mantidos os núcleos de ensino. Essas alterações dificultam a garantia de um “currículo mínimo” na formação profissional do Serviço Social brasileiro de modo a permitir a livre iniciativa das IES aos ditames do capital.

Contudo, é importante destacar que as diretrizes curriculares propostas pela ABESS trouxeram significativos avanços como o reconhecimento do Serviço Social com uma especialização do trabalho inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Assim, a categoria processo de trabalho ganha centralidade através de seus elementos, quais sejam: a matéria-prima ou objeto da ação profissional; os meios e instrumentos de trabalho; o próprio trabalho ou atividade e o produto.

A prioridade atribuída à análise do objeto, as manifestações da questão social, reitera a concepção de que as respostas engendradas pela sociedade para enfrentar a questão social devem ser refletidas criticamente e compreendidas como relativas à situação de vida e trabalho das classes pauperizadas e seus desdobramentos sócio-políticos.

A identificação dos meios e instrumentos de trabalho supõe o conhecimento das condições disponibilizadas pelas instituições para o desenvolvimento do exercício profissional, tanto materiais como políticas, e os conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operacionais e das expressões históricas atinentes às especificidades das respectivas mazelas sociais, o que deve incluir a forma como os usuários dos serviços pensam, sentem e vivenciam a situação de exclusão e pauperização.

O trabalho ou a atividade profissional, nessa proposta, deve ser pensado à luz da centralidade atribuída aos sujeitos que trabalham, ou considerando a condição de assalariamento e as opções políticas dos agentes profissionais, da capacidade destes colocarem em ação os recursos ou instrumentos disponíveis para a realização das atividades do trabalho.

Já o produto dos processos de trabalho dos quais o (a) assistente social é parte situa-se tanto na reprodução material da força de trabalho quanto no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais.

Ainda segundo com Iamamoto (2007a, p.70; grifos da autora):

Essa discussão sobre o processo de trabalho no Serviço Social gera indagações importantes que ajudam a pensar, a ampliar uma autoconsciência dos profissionais quanto ao seu trabalho. E, mais do que isso, permite ultrapassar aquela visão isolada da prática do assistente social como atividade individual do sujeito, ampliando sua apreensão para um conjunto de determinantes que interferem na configuração social desse trabalho, (dessa prática) e lhe atribuem características particulares.

Dessa forma, o perfil do trabalho deste profissional é conformado pelo controle do empregador, pelas demandas dos sujeitos de direito e pela relativa autonomia posta ao assistente social, uma vez que o trabalho fica subordinado a um conjunto de determinantes histórico-sociais que escapam ao controle do profissional, sujeitando-o a limites socialmente objetivos, e também à luz da noção de relativa autonomia.

Entretanto, ao aderir à perspectiva marxiana, que admite o duplo movimento da história configurado por determinismos e liberdade, visualiza-se a possibilidade da realização de um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero, conforme preconiza o projeto ético político profissional do Serviço Social.

3. A TRAJETÓRIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DA BAHIA

A partir da análise de dados do Relatório Avançado do E-MEC, ano a ano, sobre a data de funcionamento das IES no Estado da Bahia, identificou-se que o primeiro Curso de Serviço Social surgiu em 1944, com a Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador (ESSUCSAL), oito anos após a fundação da primeira Escola Serviço Social no Brasil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1936.

Por mais de cinco décadas, a ESSUCSAL foi responsável pela formação profissional das (os) assistentes sociais no Estado da Bahia, visto que, só no ano de 2002, a Faculdade Nobre de Feira de Santana (FAN) incluiu nos seus cursos de graduação o bacharel em Serviço Social. Três anos após, em 2005, surge a terceira Escola de Serviço Social na Bahia, na Faculdade de Salvador. Sendo assim, no período de 1944 a 2005, a Bahia possuía apenas três Escolas de Serviço Social, sendo duas na capital e uma no interior.

A partir de 2006, com a operacionalização da modalidade de ensino Educação à Distância (EAD), observa-se um processo de crescimento acelerado do Curso de Serviço Social na Bahia. Neste ano, 04 (quatro) IES passaram a ofertar o Curso de Serviço Social, totalizando até então 07 (sete) IES, sendo 06 (seis) presenciais e 01 (uma) EAD responsável por 05 (cinco) polos de ensino distribuídos entre a capital e o interior da Bahia. Todas de natureza privada, sendo 04 (quatro) faculdades e 03 (três) universidades, incluindo a EAD.

Apenas nos anos de 2008 e 2009, após sete décadas de existência da profissão e de seis décadas de implantação da primeira Escola de Serviço Social na Bahia, é que surge a oferta de vagas no Curso de Serviço Social nas instituições públicas de ensino superior. A primeira universidade pública a ofertar esse tipo de vaga na Bahia foi a

Universidade Federal do Recôncavo Bahia (UFRB) - no campus de Cachoeira, em 2008 – seguida da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – no campus de Salvador, em 2009.

Ou seja, das atuais 69 (sessenta e nove) IES que ofertam vagas em Serviço Social no Estado da Bahia, 67 (sessenta e sete) são da rede privada e apenas 02 (duas) da pública. Sendo:

- 27 (vinte e sete) faculdades, responsáveis pelo funcionamento de 28 (vinte e oito) polos de ensino;
- 22 (vinte) são universidades com 249 (duzentos e quarenta e nove) campus de atuação;
- 20 (vinte) são Centros Universitários com 233 (duzentos e trinta e três) polos de ensino.

Apesar da maioria (40 do total de 69) das IES que ofertam o Curso de Serviço Social apresentar o perfil de modalidade de ensino presencial, elas são responsáveis apenas pelo funcionamento de 42 (quarenta e duas) campus. Enquanto que as 29 (vinte e nove) IES EAD possuem 468 (quatrocentas e sessenta e oito) polos de ensino. Totalizando 510 (quinhentos e dez) campus de ensino distribuídos em 167 (cento e sessenta e sete) cidades baianas, do total de 417 (quatrocentos e dezessete) municípios.

No período de 2006 a 2009, o número de IES mais que triplicou: saltou de 07 (sete) em 2006 para 22 (vinte e duas) em 2009. A quantidade de polos de ensino também aumentou significativamente de 11 (quatro) para 179 (cento e setenta e nove), fruto de um processo de intensa mercantilização e precarização do ensino superior no País.

Naquele período, em 2009, das 22 (vinte e duas) IES que ofertavam o curso de Serviço Social na Bahia, 20 (vinte) eram de natureza privada e 02 (duas) da rede pública. Os polos de ensino eram divididos em: 145 (cento e quarenta e cinco) Universidades, 29 (vinte e nove) Centros Universitários e 05 (cinco) Faculdades. A modalidade de ensino era presencial em 12 (doze) unidades de ensino e EAD em 167 (cento e sessenta e sete) IES.

Do total de 179 (cento e setenta e nove) IES que ofertavam vagas no Curso de Serviço Social em 2009, 26 (vinte e seis) estavam localizadas na capital e 153 (cento e cinquenta e três) nas demais cidades baianas.

Nos últimos dez anos (2009-2019), o número IES que ofertavam vagas em Serviço Social no Estado da Bahia oscilou com a abertura de 03 (três) a 74 (setenta e quatro) novos polos por ano, todas de natureza privada.

O número de IES subiu de 22 (vinte e duas) em 2009 para 69 (sessenta e nove) em 2019. Os campus de ensino que eram de 179 (cento e setenta e nove) há dez anos, hoje totalizam 510 (quinhentos e dez) polos distribuídos em 167 (cento e sessenta e sete) cidades baianas, do total de 417 (quatrocentos e dezessete) municípios.

Do total de 510 (quinhentas e dez) campus de ensino, 02 (dois) são de natureza pública e 508 (quinhentos e oito) privada. No que tange à modalidade de ensino, 468 (quatrocentas e sessenta e oito) polos de ensino em Serviço Social na Bahia ofertam vagas na modalidade EAD enquanto que 42 (quarenta e duas) são presenciais.

Em relação ao perfil das 69 (sessenta e nove) IES que oferecem o Curso de Bacharel em Serviço Social na Bahia, observa-se que 20 (vinte) são Centros Universitários responsáveis por 233 (duzentos e trinta e três) polos de ensino, 27 (vinte e sete) são faculdades com 28 (vinte e oito) campus de atuação e 22 (vinte) são universidades com 249 (duzentos e quarenta e nove) polos de ensino.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento das primeiras Escolas de Serviço Social no âmbito da Igreja Católica ocorreu em virtude da histórica e estreita relação dessa profissão com essa instituição religiosa. Durante 75 (setenta e cinco) anos de existência do Curso de Serviço Social na Bahia, a Universidade Católica de Salvador foi responsável pela formação profissional das (os) assistentes sociais por 58 (cinquenta e oito) anos.

Enquanto que, nos próximos 17 (dezessete) anos, (2005-2019), 68 (sessenta e oito) IES passaram a ofertar o Curso de Serviço Social na Bahia em 509 (quinhentos e nove) polos de ensino, sendo 79 (setenta e nove) na capital e 431 (quatrocentos e trinta e um) distribuídos em 167 (cento e sessenta e sete) cidades baianas, do total de 417 (quatrocentos e dezessete) municípios.

Com a operacionalização da modalidade de ensino EAD, a partir de 2006, 29 (vinte e nove) IES passam a ser responsáveis por 468 (quatrocentas e sessenta e oito) polos de ensino que ofertam vagas em Serviço Social na modalidade EAD, enquanto que as 40 (quarenta) unidades de ensino presencial criaram 42 (quarenta e duas) campus de ensino.

Do total de IES que ofertam o Curso de Serviço Social na Bahia, apenas 22 (vinte e duas) são universidades responsáveis por 249 (duzentos e quarenta e nove) polos de ensino. As faculdades e os Centros Universitários somam 47 (quarenta e sete) unidades de ensino com 261 (duzentos e sessenta e um) polos.

Historicamente as IES de natureza privada são as que mais ofertam o Curso na área de Serviço Social na Bahia; atualmente são 67 (sessenta e sete) IES de natureza privada e 02 (duas) públicas.

Com o significativo aumento da oferta de vagas no Curso de Serviço Social, o contingente profissional na Bahia cresce expressivamente. A mercantilização e a

precarização do ensino com destaque ao amplo crescimento das IES EAD não é uma realidade apenas do Curso de Serviço Social na Bahia; ela vem ocorrendo em toda extensão do país, sendo responsável pelo aumento do contingente profissional de assistentes sociais no Brasil que saltou de 70.500 em 2007 para mais de 180.000 em 2019, conforme dados do CFESS.

Nesse sentido, levando em consideração o aumento exponencial de Cursos de Serviço Social na Bahia e do contingente profissional, faz-se necessária uma análise acerca do processo formativo e do perfil profissional das (os) assistentes sociais para maior reflexão sobre as implicações das mudanças societárias no Serviço Social no atual momento de desemprego em que a classe trabalhadora se submete às condições de aviltamento de seus direitos para manutenção de seu emprego com intensa privatização dos serviços públicos e desmonte de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

CFESS (Org.). *Assistentes Sociais no Brasil. Elementos para estudo do perfil profissional*. Brasília/Maceió, UCFESS-UFALCRESS, 2005.

_____. *Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social*. v. 02, Brasília, 2014.

_____. *Código de Ética Profissional do/a Assistente Social Lei n. 8.662/93*. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n 120. 2014.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 50, 1996.

LIMA, K. R. S.; PEREIRA, L. D. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 15(1): 31-50, jan.-jun./2009. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/358/315>. Acesso em: 22 de maio 2019.